

Aprovo,  
2017-09-20  
O Presidente da Câmara,  
( Raul Cunha, Dr.)

MINUTA

**EMPREITADA “ EXECUÇÃO DE TRABALHOS EM VIAS MUNICIPAIS ”**

----- Entre:-----

----- O Município de Fafe, Entidade Equiparada a Pessoa Coletiva número 506 841 561, representado neste ato pelo Senhor Doutor Raul Jorge Fernandes da Cunha, residente na Rua Dr. Eduardo de Almeida, nº 334 da Cidade de Guimarães, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Fafe, que outorga em sua representação, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em oito de Novembro de dois mil e treze, **Primeiro outorgante**-----  
e

----- Sociedade “ Murarte - Construções, Lda” , pessoa coletiva n.º 506795152, com sede no lugar de Entre-Águas, freguesia de Jazente, Concelho de Amarante, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Amarante sob o nº 506795152, conforme Certidão Permanente com o código de acesso 3238-5153-8369, com o capital social de cinco mil e um euros, representada no ato por Manuel Teixeira Pinto, titular do cartão de cidadão nº 08030026, o qual tem poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento junto ao processo, **Segundo Outorgante**;-----

----- Tendo em conta:-----

----- a) A decisão de adjudicação autorizada por despacho exarado pelo Senhor Presidente, em vinte de setembro do ano em curso, do procedimento referente ao ajuste direto, referido em epígrafe; -----

----- b) O subsequente ato de aprovação da minuta do contrato, por despacho exarado pelo Senhor Presidente, em vinte de setembro do ano em curso; -----

----- c) A caução prestada pelo **Segundo outorgante** mediante garantia bancária, no valor de ----- ( não aplicável); -----

E

----- Considerando que:-----

----- a) A despesa inerente ao contrato será satisfeita, no presente ano económico, pela dotação orçamental inserida na rubrica do Orçamento Ordinário da Câmara Municipal de Fafe para o ano de 2017, com a classificação 02/0703030830.-----

-----b) A despesa tem o compromisso válido número 2017/1672, a que se refere a requisição externa de despesa número 1732/2017, datada de vinte de setembro do ano em curso.-----

----- É celebrado o presente contrato, nos termos das seguintes cláusulas:-----

### **Cláusula Primeira**

#### **Objeto do contrato**

-----O Segundo outorgante obriga-se perante o Primeiro outorgante a executar a Empreitada “EXECUÇÃO DE TRABALHOS EM VIAS MUNICIPAIS”, em conformidade com o convite, cláusulas contratuais do caderno de encargos e da sua proposta datada de oito de setembro do ano em curso. -----

### **Cláusula Segunda**

#### **Preço Contratual**

----- Pela execução da empreitada prevista na cláusula anterior, o Primeiro outorgante, obriga-se a pagar ao segundo outorgante o preço de oitenta e seis mil, cento e noventa e três euros e oitenta centimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-

### **Cláusula Terceira**

#### **Prazo de Execução**

----- Os trabalhos da presente empreitada deverão ser iniciados no dia seguinte à assinatura do Auto de Consignação ou da data em que o representado do primeiro outorgante comunique à representada do segundo outorgante a aprovação do plano de segurança e saúde, nos termos previstos na lei, caso esta última data seja posterior e concluídos no prazo de sessenta dias, contados a partir da data do seu início. -----

### **Cláusula Quarta**

#### **Plano de Pagamento**

----- O pagamento do encargo previsto será efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor e nos termos do respetivo Caderno de Encargos. -----



## **Cláusula Quinta**

### **Documentos integrantes do Contrato**

----- Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no nº 2 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Pelo segundo outorgante foi feita prova, através de certificados de registo criminal, que os corpos gerentes não foram condenados em qualquer crime e que a empresa não foi condenada em qualquer processo cível ou criminal, conforme certificados de registo criminal, emitidos em seis e sete de julho, todos do ano em curso, que a empresa tem regularizada a sua situação relativamente a dívidas e impostos ao Estado Português e por contribuições perante a Segurança Social, conforme certidões, emitidas, respetivamente, em trinta e um de julho e sete de junho, ambas do ano em curso. -----

-----O contrato vai ser assinado pelo representante do primeiro e segundo outorgante.-

----- Fafe, ----- de setembro 2017 -----

----- Pelo primeiro outorgante.-----

----- Pelo segundo outorgante.-----

----- Documentos arquivados: Certidão Permanente da Conservatória do Registo  
Comercial; Delegação de Poderes, Registos Criminais; Certidão da Segurança Social e  
Serviço de Finanças.-----